



Sessão Plenária de Estrasburgo 11 a 14 de Fevereiro de 2019





Terça-feira, dia 12 de Fevereiro



Sessão Plenária de Estrasburgo - 11 a 14 de Fevereiro

Situação da Síria

- Fonte 1: Diário de Notícias 12/12/2018
- Link: <https://www.dn.pt/mundo/interior/trump-vai-retirar-tropas-americanas-da-siria-10342587.html>

Trump anuncia derrota do Estado Islâmico e retirada de tropas da Síria

Com o fim da campanha militar americana para retomar todos os territórios nas mãos do Estado Islâmico, já anunciada pelo presidente americano, a medida vai mesmo avançar, segundo fontes governamentais.

O presidente dos Estados Unidos vai avançar em breve com a retirada total das tropas norte-americanas da Síria. Donald Trump publicou um tweet afirmando que as tropas americanas derrotaram o ISIS (o auto-denominado Estado Islâmico), e que deixa de haver motivos para manter a força militar naquele país.

No Twitter, Trump diz explicitamente que derrotar o ISIS era "a sua única razão" para manter a sua força, que ascende a mais de dois mil militares.

A decisão confirma o que Trump já tinha anunciado em abril. "Quero sair. Quero trazer as nossas tropas de volta para casa. Quero começar a reconstruir a nossa nação. A nossa principal missão era livrar o Mundo do Estado Islâmico [ISIS, na sigla de língua inglesa]", disse na altura. "Quase concluímos essa tarefa e tomaremos uma decisão muito rapidamente, em coordenação com os outros, sobre o que faremos", sublinhou ainda Trump durante uma entrevista coletiva na Casa Branca, ao lado de líderes dos países bálticos.

Os EUA têm mais de 2000 militares no leste da Síria que trabalham com milícias locais para enfrentar o grupo extremista. Uma operação dispendiosa. Segundo o presidente americano os EUA gastaram 7 triliões de dólares (6,1 biliões de euros) no Oriente Médio.

Há dias o ministro das Relações Exteriores da Turquia, Mevlut Cavusoglu, tinha avisado que isso iria acontecer. "O presidente dos EUA Donald Trump planeia retirar [as tropas] da Síria", disse Mevlut Cavusoglu.

Os EUA lideram uma coligação com mais de 70 países que opera na Síria e no Iraque contra os grupos terroristas. Os ataques da coalizão na Síria não são autorizados pelo governo do presidente sírio Bashar Assad ou pelo Conselho de Segurança da ONU.

- **Fonte 2: Observador 20/01/2019**
- **Link:** <https://observador.pt/2019/01/20/eua-vao-sair-do-medio-oriente-de-maneira-nenhuma-diz-mike-pompeo/>

EUA vão sair do Médio Oriente? “De maneira nenhuma”, diz Mike Pompeo

Secretário de Estado dos EUA diz que retirada de tropas da Síria não significa que norte-americanos queiram deixar de ter presença no Médio Oriente. "Somos uma força do bem", afirma.

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, assegurou este domingo que “de maneira nenhuma” o país vai deixar o Médio Oriente, apesar da anunciada retirada das tropas norte-americanas da Síria.

“Não, de maneira nenhuma. Somos uma força do bem. A ideia de irmos embora, francamente, não é o que a Administração de [Donald] Trump pretende fazer. Isto é para proteger os norte-americanos e faremos o que for necessário para protegê-los”, afirmou Mike Pompeo numa entrevista ao Sinclair Broadcast Group, citada pela agência EFE.

Pompeo respondeu desta maneira quando questionado sobre se os Estados Unidos vão abandonar o Médio Oriente, depois de, no mês passado, Donald Trump ter anunciado a retirada das tropas norte-americanas da Síria, após proclamar a derrota do grupo extremista Estado Islâmico.

Na entrevista, o chefe da diplomacia norte-americana considerou que essa decisão é uma mudança “tática” e assegurou que não afetará o resto das forças destacadas noutras zonas do Médio Oriente. “Ainda temos um grande alcance lá. Temos a capacidade de fazer isto e, o mais importante, temos a indicação do nosso comandante, o Presidente Trump, de continuar com esta luta”, afirmou.

Nesse sentido, Mike Pompeo disse que os Estados Unidos estão “a sério” na luta contra o Estado Islâmico na Síria: “Temos forças na região que irão continuar a atacar o Estado Islâmico na própria Síria, mas também da zona ocidental do Iraque, como deve ser. Em todo o mundo, esta Administração está empenhada em acabar com esta ameaça do terrorismo”.

Desde setembro de 2014, meses depois do Estado Islâmico ter proclamado o califado na Síria e no Iraque, os Estados Unidos participam em operações na Síria, encabeçando a coligação internacional contra os extremistas.

Sessão Plenária de Estrasburgo - 11 a 14 de Fevereiro

Situação da Síria

Terça-feira, dia 12

- **Alguns dados a ter em conta:**

- A guerra da Síria começou em Março de 2011, quando o regime de Bashar al-Assad reprimiu, através do uso de armas, as manifestações pacíficas a favor de reformas democráticas no âmbito da Primavera Árabe. Os opositores do regime revoltaram-se contra esta situação e desde então o conflito na Síria têm sido um dos mais problemáticos do nosso século, ao qual se juntaram outros países aliados aos diferentes lados, como é o caso dos EUA, da Rússia, da Turquia e do Irão.

- Em 2018 morreram quase 20 mil pessoas na guerra da Síria, foi o ano em que foram registadas menos mortes desde que o conflito começou, segundo o Observatório Sírio dos Direitos Humanos (OSDH), organização sediada no Reino Unido. Entre os 19.666 mortos registados 6.349 são civis, dos quais 1.437 são crianças.

- Em 2018 várias zonas foram reconquistadas pelo governo de Bashar al-Assad aos rebeldes e jihadistas, em grande parte devido ao apoio militar do Irão e da Rússia, seus aliados.

- Segundo a mesma organização o regime de Assad controla agora dois terços do território.

- O OSDH revela que a guerra da Síria provocou mais de 33 mil mortos em 2017.

- Em 2014 foram registadas mais de 76 mil mortes, o ano com o número de mortes mais elevado.

- Segundo o OSDH a guerra já causou mais de 360 mil mortes e obrigou milhões de pessoas a saírem das suas casas, das quais 110 mil civis, 20 mil crianças e 13 mil mulheres.

- Em 2018, entre Janeiro e Abril, mais de 920 mil pessoas foram deslocadas na Síria, o maior número até então registado, segundo a ONU. Entre estas pessoas 6,2 milhões deslocaram-se para outras regiões dentro do país e 5,6 milhões para países vizinhos.

- Foram registados mais de 100 ataques químicos desde 2013, segundo a BBC, a maioria dos quais provocados pelo governo Sírio. A província mais afetada foi a de Idleb, onde se encontram os rebeldes que lutam contra o regime de Assad e onde foi registado o ataque que matou o maior número de pessoas (80 pessoas num dia).

- A Síria e a Rússia, sua aliada, justificam os ataques a esta cidade pela presença de 10 mil jihadistas. Depois dos ataques às cidades de Aleppo e Ghouta oriental os rebeldes deslocaram-se para Idleb. Em Setembro de 2018, a ONU anunciou um plano para a eventual fuga de 900 mil civis da província de Idleb. A ONU apela a que não se ataquem áreas onde residam cidadãos e onde estejam sediadas instituições humanitárias e infraestruturas vitais.



- **Desenvolvimentos recentes:**

- Em Dezembro de 2018, Donald Trump proclamou a derrota do grupo extremista Estado Islâmico (EI) e anunciou a retirada das tropas norte-americanas da Síria, das quais fazem parte 2 mil militares.

- Após a decisão do presidente norte-americano, o enviado especial dos EUA para a coligação especial contra o Estado Islâmico, Brett McGurk demitiu-se afirmando que "é imprudente considerar que o grupo jihadista foi derrotado e, como tal, insensato retirar as forças norte-americanas que participam na coligação."

- A 20 de Dezembro de 2018 o secretário de Estado da Defesa, Jim Mattis também se demitiu e a decisão de Trump foi criticada por alguns membros do Partido Republicano.

- As tropas dos EUA apoiam militarmente os cursos das milícias curdas Unidade de Defesa do Povo (YPG), o braço armado do PYG (Partido da União Democrática) no combate ao Estado Islâmico desde 2014, liderando uma coligação anti-EI formada por mais de 70 países. No entanto, Trump afirma que, com a derrota do Estado Islâmico, não existem razões para as tropas continuarem no terreno.

- O Observatório Sírio dos Direitos Humanos afirma que continuam presentes na Síria 8 mil combatentes do Estado Islâmico.

- A saída das tropas norte-americanas da Síria pode originar uma nova situação geoestratégica para o conflito.

- A Rússia, a Turquia e o Irão podem beneficiar com a retirada das tropas, principalmente no Este da Síria.

- A Turquia e a Rússia reuniram-se em Dezembro de 2018 em Moscovo com o objetivo de estabelecer uma coordenação das operações militares na Síria após a retirada das tropas dos EUA. O ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Sergey Lavrov, afirmou que "chegou-se a um entendimento sobre como os representantes militares da Rússia e Turquia no terreno vão continuar a coordenar as operações nestas novas condições, com o objetivo final de erradicar a ameaça terrorista na Síria".

- A Turquia tem uma posição ofensiva forte sobre a região do noroeste da Síria desde o início de 2018, que ainda não tinha sido alargada até o nordeste pois lá se encontravam as tropas dos EUA, que são aliados da Turquia na NATO, e as YPG.

- O presidente da Turquia, a 12 de Dezembro, anunciou que iria preparar uma ofensiva no norte da Síria. A Turquia considera as YPG uma extensão do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que é proibido e que luta contra a Turquia desde 1984. Erdoğan coloca o Estado Islâmico e o YPG ao mesmo nível e afirma que não se podem tratar terroristas de maneira diferente e, como tal, promete combater o terrorismo curdo.

- Os curdos controlam quase todo o nordeste da Síria e a Turquia quer prevenir que estes conquistem autonomia e que tal tenha implicações nas vidas dos cerca de 15 milhões de turcos de etnia curda.

- A 28 de Dezembro de 2018, as YPG, que sempre contaram com o apoio das tropas dos EUA, pediram apoio às Forças Armadas da Síria, contra quem combatiam, face à ameaça ofensiva por



parte da Turquia ao norte do país. As milícias cederam o controlo às As Forças Armadas que prometeram proteger os residentes da localidade Manbij, a localidade que poderá ser mais afetada.

- Manbij situa-se na província de Aleppo, próximo da fronteira turca e era controlada pelas YPG desde 2016 quando a conquistaram ao Estado Islâmico com o apoio dos EUA e da coligação internacional.

- Dmitry Peskov, o secretário de imprensa de Putin, afirma que a Rússia considera que o governo Sírio deve assumir o controlo do seu território e por isso o alargamento da zona controlada pelas Forças Armadas da Síria representa um sinal de estabilidade.

- A 6 de Janeiro de 2019 o conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Jonh Bolton, afirmou que a retirada das tropas norte-americanas da Síria estava dependente da derrota dos restantes grupos do Estado Islâmico e do compromisso da Turquia de assegurar a segurança dos combatentes curdos, aliados dos EUA, e que, como tal, poderia demorar meses anos até se concretizar.

- Uns dias depois deste anúncio, o coronel Sean Ryan, porta-voz das forças norte-americanas na Síria, afirmou que se tinha dado início ao processo de retirada das tropas americanas. Tal, veio a ser desmentido pelos responsáveis militares dos EUA que asseguraram que nenhuma tropa tinha saído da Síria, apenas algum equipamento.

-A 17 de Janeiro de 2019, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, garantiu que os EUA não iriam deixar o Médio Oriente, afirmando que a decisão proferida pelo presidente norte americano era uma questão de estratégia e que não iria afetar as forças destacadas nas outras zonas do Medio Oriente. Este, afirma que os EUA continuam empenhados na luta contra o Estado Islâmico e que têm “forças na região que irão continuar a atacar o EI na própria Síria, mas também da zona ocidental do Iraque, como deve ser”.

- As declarações contrárias criam uma grande incerteza face ao futuro. No entanto, até ao momento, não foi estabelecida uma data para a retirada das tropas norte-americanas da Síria.



Sessão Plenária de Estrasburgo - 12 a 14 de Fevereiro

Retrocesso em matéria de direitos das mulheres e de igualdade de Género na União Europeia

- **Fonte 1: Observador**
Data: 05/02/2019
Link: <https://observador.pt/2019/02/05/nove-mulheres-mortas-por-violencia-domestica-desde-o-inicio-do-ano/>

Nove mulheres mortas por violência doméstica desde o início do ano

O número de mortes por violência doméstica disparou em Janeiro, contabilizando-se nove mulheres assassinadas. A última vítima foi uma mulher de 60 anos, morta no Seixal.

Desde o início do ano, nove mulheres foram mortas em contexto de violência doméstica em Portugal. Segundo notícia esta terça-feira o jornal Público, que cita dados do Observatório das Mulheres Assassinadas, "503 mulheres foram mortas em contexto de violência doméstica ou de género entre 2004 e o final de 2018".

A última morte foi registada esta segunda-feira, depois de uma mulher de 60 anos ter sido assassinada no interior da sua residência, no Seixal, elevando o número de mulheres mortas em contexto de violência doméstica para nove só em Janeiro de 2019.

No mesmo mês do ano passado, Janeiro de 2018, o observatório da UMAR – União de Mulheres Alternativa e Respostas registava menos casos – cinco mulheres assassinadas por violência doméstica. Durante todo o ano de 2018, de acordo com o Observatório das Mulheres Assassinadas, foram contabilizadas 28 mulheres mortas às mãos dos companheiros ou ex-companheiros.

Ao Público, o director do Observatório Nacional de Violência e Género, Manuel Lisboa, explicou que estes crimes "tendem a acontecer nas alturas em que o contacto entre a vítima e o agressor é maior, nomeadamente aos fins de semana e nas férias", mas admite que o mês de Janeiro possa ser também propício a um escalar da violência, por ser a seguir ao Natal, altura em que podem aumentar as tensões familiares. Apesar disso, Elisabete Brasil, responsável do observatório, citada pelo mesmo diário, sublinha que "a violência sobre mulheres ocorre independentemente dos meses."

- **Fonte 2: Observador**
Data: 24/11/2018
Link: <https://observador.pt/2018/11/24/amnistia-internacional-maioria-dos-paises-europeus-so-reconhece-violacao-quando-ha-violencia/>

Amnistia Internacional. Maioria dos países europeus só reconhece violação quando há violência

Amnistia Internacional alerta que maioria dos países europeus continua a reconhecer o crime de violação sexual só quando há violência física, ameaça ou coação, contrariando a Convenção de Istambul.

Um relatório da Amnistia Internacional (AI) alertou este sábado que a maioria dos países europeus continua a reconhecer o crime de violação sexual apenas quando se verifica violência física, ameaça ou coação, contrariando a Convenção de Istambul.

A Convenção de Istambul prevê a criminalização da violação e de outros atos sexuais sem consentimento, considerando que em muitos países da Europa persiste uma legislação inadequada e ineficaz sobre violação. Aquela convenção inclui no conceito de violação qualquer ato sexual (vaginal, anal ou oral) não consentido.

Em 2011, O Conselho da Europa adotou esta convenção de prevenção e combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, que avançou em força em 2014, de acordo com a AI.

O relatório da Amnistia Internacional, intitulado "Right to be free from rape", refere que, de um total de 31 estados europeus, apenas oito têm uma definição de violação baseada no consentimento, sendo que tais falhas legislativas promovem uma cultura de culpabilização da vítima de violação e perpetua a impunidade.

Segundo o relatório, Portugal e Espanha anunciaram este ano a intenção de alterar a legislação por forma a reconhecer que sexo sem consentimento é violação, em reação aos protestos relativos a casos concretos em que os sistemas judiciais falharam na proteção das vítimas.

Portugal aparece num lote de 23 países analisados em que a definição do crime de violação assenta na violência, ameaça e coerção e não na falta de consentimento. Ao lado de Portugal surgem Áustria, Bulgária, Croácia, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Malta, Holanda, Noruega, Polónia, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha e Suíça.

No caso de Espanha é feita referência a um processo que envolveu cinco homens suspeitos de violarem uma mulher, enquanto é dito que em Portugal um tribunal sentenciou a pena suspensa dois homens acusados de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência. Também o Comité das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW Committee) aconselhou, nos últimos cinco anos, diversos países europeus para acertarem a sua legislação com as recomendações da Convenção de Istambul.

Portugal e 22 outros países, incluindo Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Islândia, Holanda, Noruega e Espanha, já assinaram e ratificaram a Convenção de Istambul.

Os países que assinaram, mas não ratificaram a convenção, são a Bulgária, República Checa, Hungria, Irlanda, Letónia, Lituânia, Eslováquia e Reino Unido.

Por exemplo, na Islândia e Suécia a definição de violação foi emendada em março e maio deste ano, respetivamente. A reforma na Suécia foi precedida de anos de ativismo de grupos de defesa dos direitos da mulher.



Na Alemanha, a definição legal de violação com base no consentimento foi alterada em novembro de 2016, tendo sido eliminado o requisito de ter que se fazer prova que a vítima ofereceu resistência física ao autor da violação.

Porém, a legislação que tem vindo a ser adotada neste domínio pelos países europeus apresenta variações. Por exemplo, na Áustria para o ato ser punível a vítima tem de expressar a sua oposição, seja de maneira verbal ou outra. Tais exigências e requisitos deixam algumas dúvidas sobre as recomendações da Convenção de Istambul estão a ser acolhidas integralmente.

O relatório divulgado pela AI é divulgado na véspera do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que se assinala no domingo.



Sessão Plenária de Estrasburgo - 11 a 14 de Fevereiro

Retrocesso em matéria de direitos das mulheres e de igualdade de género na União Europeia

Terça, dia 12

Pergunta com pedido de resposta oral à Comissão

João Pimenta Lopes em nome da Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros (FEMM)

- **Alguns dados a ter em conta:**

- O crescimento do conservadorismo e do fundamentalismo no mundo têm resultado num aumento da desigualdade entre géneros e a falta de respostas por parte da União Europeia para combater este facto torna possível que muitas conquistas importantes neste âmbito sofram um retrocesso.
- As disparidades entre os homens e as mulheres no emprego na UE continuam a existir, o Índice de Igualdade de Género (2015) aponta para uma taxa de emprego equivalente a tempo integral (ETI) de 40% para as mulheres e 56% para os homens.
- A taxa de emprego ETI é especialmente baixa para as mulheres com deficiência (19 % contra 28% para os homens) e para mulheres com baixas qualificações (17% de mulheres e 34% dos homens).
- Os homens representam oito em dez trabalhadores na área de ciência, de tecnologia, de engenharia e de matemática enquanto as mulheres representam três quartos dos trabalhadores em áreas como a saúde, a educação e o bem-estar.
- A menor participação das mulheres no mercado de trabalho face aos homens cria uma perpétua desigualdade entre os géneros.
- Em média, a mulheres continuam a ganhar menos do que os homens. Tal, também faz com se criem desigualdade ao longo da vida, especialmente nas pensões de reforma. A vida das mulheres significa muitas vezes salários mais baixos, inatividade económica e trabalho não remunerado, por isso estas enfrentam uma maior probabilidade de estarem expostas à pobreza.
- Ter filhos, normalmente, significa também que as mulheres serão prejudicadas no mercado de trabalho, o que não acontece no caso dos homens.
- No que diz respeito ao acesso ao ensino, na UE, entre 2005 e 2015 a situação melhorou, a percentagem de mulher no ensino superior aumentou. No entanto ainda persistem algumas discrepâncias nesta área que devem receber resposta por parte da UE.
- Em relação à representação das mulheres nos cargos de decisão, no geral, a percentagem aumentou, incluindo nos parlamentos, ministérios e assembleias regionais dos Estados-Membros.
- Também nas empresas cotadas na UE a percentagem de mulheres nos cargos de administração aumentou de 10 % em 2005 para 20% em 2015. No entanto, os homens continuam a dominar os cargos de presidência das maiores empresas.



- A violência contra as mulheres é uma das maiores causas da desigualdade entre os géneros. A Convenção de Istambul, adotada em 2011 veio assegurar que este tipo de violência representa de uma violação dos direitos humanos, no entanto, existem ainda países que não a ratificaram.
- Em Novembro de 2018 um relatório da Amnistia Internacional afirmou que a maioria dos países europeus continua a reconhecer o crime de violação sexual apenas quanto se verifica violência física, ameaça ou coação, contrariando a Convenção de Istambul.
- Portugal, Áustria, Bulgária, Croácia, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Malta, Holanda, Noruega, Polónia, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha e Suíça são os países em que a definição do crime de violação assenta na violência, ameaça e coerção e não na falta de consentimento.
- O discurso de ódio em relação a mulheres e a pessoas LGBTI também tem vindo a aumentar com o crescimento do conservadorismo. Este crescimento deve ser contrariado, nomeadamente nas escolas na medida em que a educação representa um papel fundamental no combate à discriminação.

Sessão Plenária de Estrasburgo - 11 a 14 de Fevereiro

Debate com o Primeiro-Ministro de Itália, Giuseppe Conte, sobre o Futuro da Europa

O sistema político italiano

O Parlamento italiano está dividido entre: a Câmara dos Deputados, e o Senado da República. Ambas as divisões são eleitas diretamente pelos cidadãos italianos a cada cinco anos e atuam num sistema chamado bicameralismo perfeito, isto é, possuem o mesmo peso na votação das leis, e há um equilíbrio entre as funções de cada casa.

O Parlamento italiano elege o Presidente da República, além de alguns membros da Corte Costituzionale (Tribunal Constitucional) e do Consiglio Superiore della Magistratura (Conselho Superior da Magistratura).

A Câmara dos Deputados é composta por 630 deputados, dos quais 618 são eleitos na Itália e 12 na circunscrição estrangeira (os representantes dos italianos residentes no exterior) e dirigidos pelo Presidente da Câmara dos Deputados. As cadeiras para a Câmara são repartidas de acordo com os resultados nacionais.

Governo italiano: o primeiro governo antifissistema na Europa

- Após as eleições de março de 2018, da qual não surgiu nenhum vencedor óbvio, seguiu-se um momento de impasse político. O Movimento 5 Estrelas ficou em primeiro lugar, mas aquém da maioria absoluta. Atrás, ficou o bloco centro-direita, composto, entre outros, pelo Forza Italia de Silvio Berlusconi, e a Liga, de Matteo Salvini. A Liga conseguiu mais votos de que o partido de Silvio Berlusconi, tomando, assim, a dianteira nas negociações para a formação de governo.

- A 17 de maio, a Liga e o Movimento anunciaram um acordo, do qual resultou um programa de governo mais próximo da Liga, mas o compromisso de que o executivo seria liderado por um nome escolhido pelo partido de Luigi Di Maio. Juntos, M5E e Liga Norte formam uma maioria parlamentar com 352 assentos em 630 na Câmara dos Deputados, bem como no senado (170 em 315).

- A coligação entre o Movimento 5 Estrelas e a Liga é a verdadeira geringonça política: as eleições de março, voltaram a pôr em evidência a crise do bipartidarismo na União Europeia.

- À primeira vista pouco há em comum entre a Liga Norte e o Movimento Cinco Estrelas (M5E). O primeiro tem o seu reduto nas regiões setentrionais de Itália (Lombardia e Véneto) e as prioridades passam por pagar menos impostos para, no entender dos seus partidários, financiar Roma e o sul do país. É precisamente no Sul, que contrasta em pobreza com o Norte, que o segundo conseguiu captar mais votos, ao prometer um rendimento mínimo de 780 euros para os mais necessitados. O Movimento 5 Estrelas é um partido antifissistema italiano, de linha populista e eurocética, que surgiu em 2009 sob a liderança do comediante Beppe Grillo

- Um dos pontos que une os dois partidos é o ceticismo quanto à Europa. A Liga Norte intenciona renegociar os tratados europeus e abandonar a moeda única. O fundador do M5E, o humorista Beppe Grillo, também defendia a saída do euro, que seria decidida em referendo. Mas o movimento agora liderado por Di Maio abandonou a ideia.

Giuseppe Conte, de professor de Direito sem experiência política a Primeiro-ministro

- Giuseppe Conte, de 54 anos e sem experiência política, foi proposto para primeiro-ministro pelo líder Movimento 5 Estrelas, Luigi Di Maio aquando da formação de governo.
- Conte está associado ao Movimento 5 Estrelas (M5S) desde 2013; o seu primeiro contacto com a política deu-se em 2013, quando foi contactado pelo M5S e lhe foi pedido que estivesse disponível para ser indicado como membro do órgão autónomo da Justiça Administrativa (no Parlamento), ao que, por honestidade intelectual, respondeu que não tinha votado no partido e que não era simpatizante com a respetiva ideologia.
- Na verdade, pouco se sabe das ideias políticas do professor de Direito. Em fevereiro, numa entrevista ao programa de televisão DiMartedì, Conte explicou que "tradicionalmente" o seu coração tem "batido à esquerda", mas rejeitou que seja esse o seu posicionamento atual: "Hoje penso que os esquemas ideológicos [dos anos de 1900] não são os mais adequados. Penso que é mais importante avaliar o trabalho de uma força política com base na sua posição no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais. E na sua capacidade de desenvolver programas úteis para os cidadãos". Durante a campanha eleitoral, também explicou por que razão se juntou ao M5S, justificando a decisão com "a lógica do espírito de serviço". "Estou particularmente empenhado em objetivos ambiciosos: simplificar as relações entre a administração pública e os cidadãos e disseminar a cultura da legalidade. E respeitar o artigo 54 da Constituição, onde se afirma que os responsáveis pelas funções públicas têm a obrigação de cumpri-los com disciplina e honra", disse. Conte, que em tempos votou à esquerda e que não era sequer simpatizante do M5S, deverá agora ser o primeiro-ministro de um Governo de um partido nacionalista de direita (a Liga) e do próprio M5S.
- Conte, aquando da sua indicação para Primeiro-ministro italiano, foi acusado de deter um currículo falso. A polémica estalou depois de o jornal The New York Times ter publicado um extenso artigo de investigação; a meio do mesmo surge a lista das famosas faculdades que Conte garante ter frequentado: Yale, Sorbonne, em França, e a Universidade de Nova Iorque, onde, entre 2008 e 2012, "aperfeiçoou e desenvolveu os seus estudos". Acontece que o jornal norte-americano contactou a respetiva instituição que, através de uma porta-voz, respondeu que ninguém com esse nome aparece nos registos, nem como aluno nem como membro docente.
- A imprensa italiana veio a constatar, ainda, outras irregularidades no currículo de Conte; o Primeiro-Ministro afirmou que frequentou o Instituto Internacional Kultur, em Viena, para "aperfeiçoar os seus estudos jurídicos". Acontece que este instituto é uma escola de línguas e não oferece quaisquer cursos jurídicos.

Coligação de governo em desacordo sobre o conceito de família

- O ministro da Família, da Liga Norte, Lorenzo Fontana, quer impedir as adoções por casais do mesmo sexo; Lorenzo referiu que enquanto for ministro, gâmetas à venda e barrigas de aluguer não vão existir na prática, porque constituem crimes. Todavia, a presidente da câmara de Turim garante que vai continuar a reconhecer-lhes esse direito.
- As visões diametralmente opostas dos partidos que constituem a coligação são claras.

A posição da Itália relativamente às migrações

- Numa notícia avançada a 24 de janeiro de 2019, Matteo Salvini poderá estar perto de ir a julgamento por sequestro depois de uma inesperada decisão de um tribunal da Sicília. Em causa está a decisão de negar a 177 migrantes o desembarque em Itália, em agosto de 2018. Salvini está há seis meses sob investigação pelo alegado sequestro e detenção de 177 ocupantes do



navio Diciotti, impedidos de desembarcar pelo Ubaldo Diciotti, uma embarcação da guarda costeira italiana.

- O respetivo navio com os migrantes esteve ancorado no porto siciliano de Catania durante seis dias. Salvini e a União Europeia envolveram-se num diferendo em torno da responsabilidade de acolher as 177 pessoas. A Igreja Católica, a Irlanda e a Albânia acabariam por acolher estes migrantes, na sua maioria provenientes da Eritreia, um país africano.

- Por ser membro do Governo, a formalização das acusações contra o vice-presidente do Executivo terá de ser votada pelos deputados italianos, que decidirão se Salvini enfrentará ou não julgamento. O ministro do Interior afirmou estar confiante no apoio dos parlamentares da Liga, mas o apoio dos parceiros de coligação, os populistas do M5S, é menos certo, devido à declaração de princípios do partido, que exige a demissão de políticos sob investigação.

- Se o M5S "salvar" Salvini, poderá perder credibilidade junto do seu eleitorado. Por outro lado, uma votação desfavorável poderia colocar em causa a aliança com a Liga.

- Em junho do ano passado, os líderes europeus chegaram a acordo sobre o problema das migrações, num plano que envolve criar "centros controlados" dentro da Europa. Itália tinha ameaçado votar contra as conclusões da cimeira da União Europeia se a Itália não ver satisfeitos os seus pedidos; mas acabou por se mostrar disponível para negociar.

- Conte já tinha qualificado como "um fracasso" a política de imigração da UE e defendeu que os 28 assumam maiores responsabilidades na matéria, incluindo através de negociações com os países de origem dos migrantes e do repatriamento dos que não preenchem as condições para obter asilo.

- Ainda no início de 2019, o vice-primeiro-ministro italiano pediu o estabelecimento de sanções da União Europeia contra a França. Itália entende que há refugiados porque França tem colónias em África. Em consequência, o Ministério dos Negócios Estrangeiros francês mandou chamar embaixadora italiana em Paris, Teresa Castaldo.

O orçamento de Estado italiano para 2019

- No final de dezembro de 2018 foi aprovado o polémico Orçamento de Estado italiano para 2019. As contas receberam 313 votos a favor e 70 contra na Câmara dos Deputados, concluindo assim o processo parlamentar, depois de o orçamento passar pelo Senado, a 23 de dezembro. O Movimento 5 Estrelas e a Liga, com maioria, votaram isolados um texto que recebeu o "não" da oposição em bloco: desde a conservadora Força Itália até à esquerda do Partido Democrata.

- O Orçamento para 2019 conta, por fim, com o aval da Comissão Europeia, depois de o Governo italiano ter cedido nas suas pretensões e proposto a redução do seu défice público de 2,4% para 2,04% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019.

- A intenção inicial do novo governo italiano, inscrita na primeira proposta de OE para 2019, foi a de aumentar o défice para 2,4% do PIB, para incorporar algumas das promessas da campanha eleitoral de março: rendimento mínimo para os desempregados, descidas de impostos, eliminação dos aumentos da idade de reforma, etc. Essa percentagem fica abaixo do limite de 3% de défice inscrito nas regras da Zona Euro. Todavia, Itália detém uma dívida enorme: cerca de 131% do seu PIB. É a segunda maior dívida da zona euro, segundo o Eurostat. Portugal é a terceira.

- Após ter recebido a proposta inicial de OE italiano, a Comissão Europeia enviou uma carta ao ministro da Economia italiano, Giovanni Tria, a pedir clarificações e a deixar alertas. As preocupações de Bruxelas resumiam-se em três pontos: a despesa pública prevista pelo governo



italiano é demasiado alta, o défice estrutural iria aumentar, em vez de diminuir, e a despesa pública italiana não iria descer em linha com as regras comunitárias. Estes três fatores pareciam apontar para um não-cumprimento particularmente grave face às obrigações de política orçamental que constam do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

- Antonio Tajani considerou este Orçamento um desastre para a Itália. Tajani garantiu que a Itália não é a Grécia, mas que o orçamento inicialmente previsto atenta contra o povo, e contra os italianos, que vão matar os bancos e a economia.

O fim das sanções da UE contra a Rússia

- Matteo Salvini pretende convencer os seus parceiros europeus a acabarem com as sanções económicas em vigor desde que a Rússia anexou a Crimeia em 2014.

- O primeiro-ministro italiano, Giuseppe Conte, disse em junho que o seu país era favorável à "revisão" das sanções económicas impostas à Rússia. No seu entender, a Itália é o país europeu que mais sofreu com as sanções contra a Rússia, adiantou, afirmando querer encontrar novas possibilidades de cooperação económica entre as pequenas e médias empresas dos dois países.

Sessão Plenária de Estrasburgo - 11 a 14 de Fevereiro

Mecanismo Europeu de Protecção Civil

- Fonte 1: DN
Data: 28-04-2018
Link: <https://www.dnoticias.pt/madeira/sugestao-de-liliana-rodrigues-aprovada-no-parlamento-europeu-HY3067584#>

Sugestão de Liliana Rodrigues aprovada no Parlamento Europeu

Uma sugestão da eurodeputada madeirense Liliana Rodrigues -- que obriga os Estados-membros a auxiliar outros países da União Europeia (UE) em caso de catástrofes naturais ou de origem humana -- foi hoje aprovada, no relatório sobre o Mecanismo Europeu de Protecção Civil, na Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu.

“Tivemos uma oportunidade única de corrigir algumas lacunas da lei. Por exemplo, um dos grandes problemas era o facto de, em situação de catástrofe, a ajuda dada pelos Estados-membros era feita através de uma ajuda de base voluntária”, afirmou Liliana Rodrigues, acrescentando que “a alteração que introduzimos prevê o ‘dever de auxílio’”.

Liliana Rodrigues viu ainda serem aprovadas alterações que vão garantir a criação de grupos de acção local, de base voluntária, devidamente formados e equipados para um primeiro combate a situações de risco.

No mesmo relatório, a deputada recomendou a utilização de equipamentos de alta tecnologia por parte dos Estados-membros, que permitam a monitorização de áreas urbanas e florestais.

“Neste caso, pensei particularmente nos drones, que me foram recomendados pela Protecção Civil da Madeira, depois de uma visita àquela instituição, em Março passado. Garantimos também a aprovação de incentivos para a limpeza e manutenção das áreas florestais e a criação de planeamentos florestais eficazes”, referiu a eurodeputada.

Das propostas aprovadas, Liliana Rodrigues salientou, também, o reforço das relações com os países terceiros tanto a nível da formação, como da intervenção coordenada com as autoridades locais, regionais, nacionais e europeias. Sobre este ponto, a eurodeputada socialista considerou que “as relações com países terceiros são essenciais para uma rápida intervenção em caso de catástrofe”, recordando que, “no caso de Portugal, e particularmente da Madeira, a proximidade com a costa africana faz de Marrocos um dos parceiros fundamentais em situações críticas, tal como aconteceu com os incêndios que deflagraram em diversos pontos do país, no ano passado”.

A deputada madeirense agradeceu ainda à Protecção Civil da Madeira “pelo precioso contributo que deu para melhorar este mecanismo, nomeadamente no que diz respeito ao uso de uma linguagem comum de comando, à assistência especializada na tomada de decisões e à integração de membros da protecção civil das Regiões Ultraperiféricas na rede rescEU”, sendo que estes e outros elementos da sociedade civil verão reforçados o treino, a cooperação, a prevenção e a intervenção em caso de catástrofe.

O relatório sobre o Mecanismo Europeu de Protecção Civil foi aprovado em comissão com 25 votos a favor, 1 voto contra e uma abstenção. O documento segue para a Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar e depois para plenário na próxima sessão de Estrasburgo, que irá decorrer entre os dias 28 e 31 de Maio. O objetivo é que o rescEU, a reformulação da legislação encontrada pela UE para fazer face a situações de catástrofe, seja aprovado o mais rapidamente possível.



O rescEU, que será coordenado pela UE, consistirá numa reserva de meios, humanos e materiais, de resposta a situações de catástrofe. Desta reserva, integralmente financiada pela UE, farão parte peritos certificados e recursos humanos especializados em diversos domínios.

O novo mecanismo pretende também reforçar as capacidades de prevenção dos Estados-Membros em caso de catástrofe, fazendo o necessário cruzamento das estratégias nacionais com a UE e harmonizando e simplificando os procedimentos administrativos. O cofinanciamento previsto é da ordem dos 75%, através dos fundos estruturais.

Com a criação do rescEU, a União passará, também, a financiar, não apenas os custos de transporte, mas também os custos operacionais, estando prevista uma dotação de 280 milhões de euros, para o período entre 2018-2020. Neste momento, o Mecanismo Europeu de Protecção Civil dispõe apenas de 50 milhões de euros para o seu funcionamento.

- Fonte 2: JM
Data: 30-05-2018
Link:[https://www.jm-madeira.pt/comunidades/ver/34603/Mecanismo Europeu de Protecção Civil vai a votos em Estrasburgo](https://www.jm-madeira.pt/comunidades/ver/34603/Mecanismo%20Europeu%20de%20Protecao%20Civil%20vai%20a%20votos%20em%20Estrasburgo)

Nesta quinta-feira, o Parlamento Europeu irá votar a proposta da Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar relativa ao Mecanismo Europeu de Protecção Civil, que visa a criação de uma reserva de recursos materiais e humanos da União Europeia para fazer face a situações de catástrofe, o rescEU.

O debate entre os eurodeputados, que antecede a votação, aconteceu hoje, em Estrasburgo, e contou com a intervenção da socialista Liliana Rodrigues, que acompanhou o relatório no âmbito da Comissão do Desenvolvimento Regional.

"O reforço deste mecanismo significa dar um real sentido à palavra solidariedade nos momentos mais difíceis que um Estado-membro pode passar. Significa, também, dar aos cidadãos um sinal de protecção e de segurança por parte desta União", afirmou Liliana Rodrigues, durante o seu discurso em plenário.

As alterações ao Mecanismo Europeu de Protecção Civil criam uma reserva adicional de recursos materiais e humanos. Apesar de agradada com esta mudança, Liliana Rodrigues referiu que os cidadãos e os governos europeus têm que perceber que esta reserva não poderá "substituir as responsabilidades próprias dos Estados-membros" e lembrou que "qualquer intervenção terá sempre de ser pré-autorizada".

Entre as várias mudanças introduzidas no relatório, destacam-se a introdução de um novo programa Erasmus de protecção civil; a utilização do conhecimento científico sobre catástrofes nas regiões ultraperiféricas e nos territórios ultramarinos; a formação direcionada para todos os profissionais envolvidos, bem como para grupos locais de intervenção voluntária, que devem dispor de equipamentos de intervenção; a introdução de uma linguagem comum de comando e a criação de uma reserva de base voluntária de capacidades de resposta previamente cedidas pelos Estados-membros.

As mudanças prevêem, ainda, um aumento da dotação do mecanismo, para o período entre 2018-2020, de 50 para 280 milhões. A decisão final sobre o relatório acontece amanhã e a aprovação do documento estará, em princípio, garantida, sendo que a maior parte dos grupos políticos estão de acordo nesta matéria. As votações começam pelas 11:00 de Portugal.



Sessão Plenária de Estrasburgo - 11 a 14 de Fevereiro

Mecanismo Europeu de Proteção Civil

- Considerações gerais:
 - A legislação relativa ao novo Mecanismo Europeu de Proteção Civil, acordada entre o Parlamento Europeu e os Estados-Membros em dezembro, prevê a criação de uma reserva de ativos a nível europeu para responder a catástrofes, incluindo aviões de combate aos incêndios florestais, bombas de água especiais, equipas de busca e salvamento em meio urbano, hospitais de campanha e equipas médicas de emergência. Estes meios irão complementar os recursos nacionais e serão geridos a nível da UE.
 - A decisão que vai ser votada em plenário inclui também medidas de prevenção e preparação para catástrofes. A UE irá intensificar o apoio dos Estados-Membros para melhorarem a gestão dos riscos e para reforçarem as medidas nacionais existentes. Entre as ações previstas incluem-se o envio de missões de peritos, um mecanismo de consulta e a criação de uma Rede Europeia de Conhecimentos sobre Proteção Civil.
 - O eurodeputado José Manuel Fernandes (PPE) foi o relator do parecer da comissão parlamentar dos Orçamentos sobre o sistema "rescEU".





Quarta-feira, dia 13 de Fevereiro



Sessão Plenária de Estrasburgo - 12 a 14 de Fevereiro

Disposições comuns sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu Mais, o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e regras financeiras para estes Fundos

- **Fonte 1: Jornal Bom dia**
Data: 27-01-2019
Link: <https://bomdia.eu/a-coesao-e-o-espirito-europeu-na-madeira/>

A coesão e o espírito europeu na Madeira - Artigo de opinião no Jornal Bom Dia

Passados oito meses da apresentação da proposta da equipa liderada por Jean-Claude Juncker, eis que a Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu votou o documento que estabelece disposições comuns sobre os Fundos de Coesão para o período de 2021-2027, referente ao próximo Quadro Financeiro Plurianual.

Num dos mais importantes relatórios desta legislatura, as negociações nem sempre foram fáceis. Ao documento apresentado pela Comissão Europeia foram feitas 2181 (!) alterações legislativas, grande parte das quais, fruto de várias reuniões e acordos entre diferentes grupos políticos, foram incluídas nos mais de cem compromissos.

Uma das maiores vitórias deste relatório terá sido o aumento da taxa de co-financiamento para 85%. A proposta inicial da Comissão previa apenas um apoio de 70% para as regiões ultraperiféricas e regiões menos desenvolvidas. E aqui tenho o dever de referir que todos os deputados, incluindo os das RUP, deram um excelente contributo para que este aumento fosse possível. Num momento em que a ideia de Europa encontra-se em xeque, temos de deixar os individualismos e falar a uma só voz. Esta é uma vitória do Parlamento Europeu, da qual o porta-voz somos nós. Porque para além da importância da política de coesão, é preciso que, nas decisões que afectam todos os nossos cidadãos, consigamos demonstrar que somos um parlamento coeso.

Ainda sobre a proposta, o financiamento para as RUP sobre os valores base previamente acordados em cada um dos fundos também viu o seu valor aumentado em 1%. Isto traduz-se em mais dinheiro para as regiões como a Madeira e os Açores. Outra boa notícia: conseguimos ainda integrar estes territórios nos projectos do programa de Cooperação Territorial Europeia (Interreg), algo que não se encontrava salvaguardado na proposta original da Comissão Europeia, com uma taxa de financiamento que pode, também, chegar aos 85%.

Assim, o co-financiamento, em termos gerais, será o seguinte:

- (a) 85 % para as regiões menos desenvolvidas e RUP (mais as respectivas alocações adicionais);
- (b) 65% para as regiões em transição;
- (c) 50% para as regiões mais desenvolvidas.

Apesar de todos os ganhos neste relatório, fica também uma nota menos positiva sobre a aprovação de um ponto referente à condicionalidade macroeconómica, relativamente à qual, em linha com as orientações do governo português, votei contra. Enquanto socialista e madeirense, não aceito que, em circunstância alguma, as diferentes regiões da UE possam sofrer qualquer tipo de cortes nos pagamentos e compromissos assumidos nos seus programas de financiamento, colocando em causa aquilo que é a própria essência da Política de Coesão. O desenvolvimento das regiões não pode estar dependente do cumprimento, por parte dos



governos centrais, das regras europeias em matéria de governação económica. Defendi isso no passado e continuarei a defendê-lo. As regiões não são as responsáveis pela definição e pelo cumprimento destas regras e, por isso mesmo, não podem ser elas as castigadas. A austeridade será sempre austeridade, mesmo quando se procura disfarçá-la através de uma aplicação gradual. Tentámos minimizar eventuais estragos e diminuir a incerteza sobre o financiamento de projectos futuros ou sobre a execução daqueles que estão em curso.

Superado este desafio, ficará a faltar agora o voto do relatório em plenário, que deverá acontecer até ao final deste semestre. Por enquanto, é importante promover o debate público sobre que futuro queremos para a Política de Coesão. Foi isso que o Partido Socialista fez, neste Sábado, 26 de Janeiro, na Ponta do Sol, com a realização do debate "Madeira é Europa".

Na presença do Primeiro-Ministro português e de Paulo Cafôfo, candidato ao Governo Regional da Madeira, discutimos sobre os desafios que se colocam à Política de Coesão até 2030. António Costa tem feito estes debates em todo o país, dando um sinal claro de que quer o desenvolvimento de Portugal e das suas regiões como um todo.

Numa altura em que discutimos o financiamento para o próximo Quadro Financeiro Plurianual, é importante pensar em como poderemos tirar o melhor proveito da política de coesão, com o objectivo de reduzir as assimetrias regionais. Tendo em vista a coesão territorial, que não se faz sem as suas vertentes social e económica, teremos de olhar para dentro da Região e observar as diferenças que existem, com a meta traçada de encontrar soluções para as diminuir.

No próximo programa financeiro está previsto que a Política de Coesão englobe a questão do desenvolvimento rural. Uma das grandes questões será como poderemos potenciar essas zonas, que não são demograficamente elevadas e que ainda têm índices de desenvolvimento que ficam aquém, por exemplo, do Funchal.

Em relação ao investimento, ele deverá passar por quatro eixos fundamentais: infraestruturas rentáveis e sustentáveis; promoção do emprego e da qualificação, investindo nas PME; combate às alterações climáticas, com inclusão da vertente ambiental e aposta na investigação e na inovação.

Alguns dos outros desafios para os quais os madeirenses e porto-santenses têm de estar preparados são: a transformação e adaptação da educação na era digital; a construção de uma identidade europeia; a redução das disparidades entre as regiões; o empoderamento económico, social e político das mulheres; a aposta na saúde e o combate aos constrangimentos da mobilidade.

É verdade que são muitos, mas aqui estaremos, prontos para as batalhas que se adivinham. Juntos. Unidos. Coesos.

- **Fonte 2: JM-Madeira**
Data: 22-01-2019
Link: <https://www.dnoticias.pt/madeira/liliana-rodriques-aplaude-co-financiamento-de-85-para-as-rup-nos-fundos-de-coesao-e-interreg-CY4265136#>

Liliana Rodrigues aplaude co-financiamento de 85% para as RUP nos Fundos de Coesão e Interreg

Os eurodeputados da Comissão do Desenvolvimento Regional votaram, esta manhã, favoravelmente a taxa de co-financiamento de 85% para as regiões ultraperiféricas (RUP) em relação aos Fundos de Coesão para o período de 2021-2027, referente ao próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP).

“Este é, sem dúvida, um dos mais importantes relatórios desta legislatura”, começou por afirmar Liliana Rodrigues, “uma vez que estabelece as disposições comuns relativas aos fundos europeus”. No documento votado pelos parlamentares ficou assegurado que, independentemente dos níveis de desenvolvimento, a taxa de co-financiamento das RUP relacionada com os projectos dos Fundos de Coesão permanecerá nos 85%.

O financiamento para as RUP sobre os valores base previamente acordados em cada um dos fundos também viu o seu valor aumentado em 1%, traduzindo-se em mais dinheiro para regiões como a Madeira e os Açores. A proposta integra ainda estes territórios nos projectos do programa de Cooperação Territorial Europeia (Interreg), algo que não se encontrava salvaguardado na proposta original da Comissão Europeia, com uma taxa de financiamento que pode, também, chegar aos 85%. “Eu sabia que conseguiríamos ir além dos 80%”, notou a deputada socialista, “esta é outra boa notícia para a Madeira”.

“A aprovação deste relatório é uma excelente notícia, uma vez que permite iniciar de imediato as negociações e nele é clara a mensagem do Parlamento Europeu sobre aquilo que deverá ser a Política de Coesão”, referiu Liliana Rodrigues após a votação. A socialista salientou o trabalho dos eurodeputados, incluindo os das RUP, que “deram um excelente contributo para o resultado final do documento em prol de todas as regiões europeias”.

Menos positiva terá sido a aprovação de um ponto referente à condicionalidade macroeconómica, rejeitada por Liliana Rodrigues, uma vez que, “enquanto socialista e madeirense, não aceito que, em circunstância alguma, as diferentes regiões da UE possam sofrer qualquer tipo de cortes nos pagamentos e compromissos assumidos nos seus programas de financiamento, colocando em causa aquilo que é a própria essência da Política de Coesão”. Para a deputada, “o desenvolvimento das regiões não pode estar dependente do cumprimento, por parte dos governos centrais, das regras europeias em matéria de governação económica. Defendi isso no passado e continuarei a defendê-lo. As regiões não são as responsáveis pela definição e pelo cumprimento destas regras e, por isso mesmo, não podem ser elas as castigadas. A austeridade será sempre austeridade, mesmo quando se procura desfaçá-la através de uma aplicação gradual. Tentámos minimizar eventuais estragos e diminuir a incerteza sobre o financiamento de projectos futuros ou sobre a execução daqueles que estão em curso. Tenho pena que outros deputados portugueses não tenham votado contra a austeridade”. Esta questão, assim como a aprovação deste relatório, será, no entender da deputada, um bom início de debate para a Convenção Regional sobre as Europeias, a ter lugar no Funchal, no próximo dia 26, com a presença do Primeiro-Ministro português e de Paulo Cafôfo, candidato ao Governo regional da Madeira.

A proposta que estabelece as disposições comuns sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu Mais, o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e regras financeiras para estes Fundos e o Fundo para o Asilo e a



Migração, o Fundo para a Segurança Interna e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos foi aprovada por 25 votos a favor, 1 contra e 9 abstenções. O documento deverá subir a plenário na próxima Sessão em Estrasburgo, que decorrerá entre os dias 11 e 14 de Fevereiro.

Sessão Plenária de Estrasburgo - 12 a 14 de Fevereiro

Disposições comuns sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu Mais, o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e regras financeiras para estes Fundos

Quarta-feira, dia 13

Co-relatores: Andrey Novakov (PPE), Constanze Krehl (S&D)

- **Considerações gerais:**

- Em 2 de maio de 2018, a Comissão adotou uma proposta relativa ao próximo quadro financeiro plurianual para o período 2021-2027. A simplificação administrativa foi definida como um objetivo fundamental no documento de reflexão sobre as finanças da UE, na avaliação *ex post* e na consulta pública. A experiência sugere que as regras são demasiado complexas e fragmentadas entre fundos e formas de financiamento, gerando um ónus desnecessário sobre os gestores do programa e sobre os beneficiários finais. A presente proposta de adoção de um Regulamento de Disposições Comuns (RDC) irá estabelecer disposições comuns para sete fundos de gestão partilhada.

- A proposta reduz a fragmentação das regras, estabelecendo um conjunto comum de regras básicas para sete fundos: o Fundo de Coesão, o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu Mais, o Fundo para o Asilo e a Migração, o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos, e o Fundo para a Segurança Interna.

Dotações do FEDER, do FC e do FSE+ para 2021-2027 em milhões

Total da política de coesão	330 624
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)	200 629
• Investimento no crescimento e no emprego	190 752
• Cooperação territorial europeia	8 430
• Regiões ultraperiféricas e zonas escassamente povoadas	1 447
Fundo de Coesão (FC)	41 349
• Incluindo a contribuição para o Mecanismo Interligar a Europa – Transportes	10 000
Fundo Social Europeu+ (1)	88 646

(1) Este montante não inclui os valores referentes à saúde, ao emprego e à inovação social (1 042 milhões de EUR).

- **O artigo 15.º:**

- Na formulação dada pela proposta da Comissão, o artigo 15.º prevê medidas destinadas a ligar a eficácia dos Fundos a uma boa governação económica; no artigo 15.º prevê-se que a Comissão possa solicitar ao Estado-Membro que reveja e proponha alterações aos programas relevantes, para apoiar a execução de uma recomendação específica por país pertinente, e apoiar a execução de recomendações relevantes do Conselho dirigidas ao Estado-Membro em

causa, desde que essas alterações sejam consideradas necessárias para ajudar a corrigir desequilíbrios macroeconómicos.

- Em consequência desta possibilidade, o Estado-Membro deverá apresentar uma proposta de alteração dos programas relevantes, no prazo de 2 meses a contar da data de transmissão da primeira resposta- na qual indicará as alterações que considera necessárias aos programas relevantes.

- O cerne da polémica está na possibilidade que é conferida à Comissão de suspender a totalidade ou parte dos pagamentos destinados aos programas ou prioridades estabelecidas, caso o Estado-Membro não tome as medidas eficazes, em resposta ao pedido

- **O Plano B:**

- O grupo parlamentar socialista irá propor em plenário a supressão do artigo 15.º. Todavia, como plano alternativo, caso este artigo não seja suprimido, propõe-se uma emenda elaborada pela socialista Constanze Krehl, na qual se prevê que a Comissão deve apresentar uma proposta ao Conselho para suspender a totalidade ou parte das autorizações relativas a um ou vários programas de um Estado-Membro, à exceção dos programas ao abrigo do FSE+.

- **Condicionabilidade macroeconómica:**

- As consequências negativas do princípio da condicionabilidade macroeconómica sobrepõem-se aos efeitos positivos. Ao abrigo do artigo 15.º, poder-se-ia sancionar, através dos fundos europeus, os Estados-Membros que não cumpram com as metas definidas para o défice- o que não será favorável a países como Portugal, Espanha, e Itália. A imposição de sanções macroeconómicas pode revelar-se contraproducente em termos da consecução de crescimento sustentável e equilibrado, um objetivo comum à governação económica assim como à política de coesão.

- No que diz respeito às RUP, as consequências da condicionabilidade macroeconómica poderão prejudicar largamente o seu desenvolvimento. Dado que estas regiões apresentam uma série de especificidades, surgem alguns desafios adicionais que devem ser tidos em conta, comparativamente a outras regiões localizadas na plataforma continental europeia: o desafio da globalização (no que diz respeito ao mercado interno); os desafios ao nível energético e alterações climáticas (riscos naturais); o desafio das pressões demográficas; o combate à redução do défice de acessibilidade, sobretudo no que diz respeito à ligação à plataforma continental; a melhoria da competitividade.